

- b) Fotocópia da carta de condução de veículos ligeiros;
- c) Fotocópia do bilhete de identidade;
- d) Documentos comprovativos da formação profissional em informática oficialmente reconhecido, para os candidatos com o 12.º ano.

9.3 — Nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, são excluídos os candidatos que não entregarem, juntamente com o requerimento, os documentos solicitados no número anterior.

9.4 — Os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro deverão apresentar em simultâneo com o documento comprovativo das suas habilitações o correspondente documento de reconhecimento de habilitações estrangeiras, previsto pela legislação portuguesa aplicável.

9.5 — O júri pode exigir aos candidatos a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito, de acordo com o disposto no artigo 14.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e, com base na nova redacção do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, dada pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março, pode exigir a exibição de original ou documento autenticado para conferência, quando haja dúvidas fundadas acerca do seu conteúdo ou autenticidade.

9.6 — Para além dos efeitos de exclusão ou de não provimento, a apresentação ou a entrega de documento falso implica a participação à entidade competente para procedimento disciplinar e penal, conforme os casos.

10 — Publicitação e informações — as listas dos candidatos admitidos e excluídos e de classificação final serão divulgadas nos termos dos artigos 33.º, n.º 2, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e poderão ser consultadas no Departamento de Recursos Humanos da Polícia Judiciária.

Serão prestadas informações pelo telefone 213533030, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos.

11 — Na sequência do despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, faz-se constar, igualmente, o seguinte: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

12 — Legislação e bibliografia — nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, indica-se a legislação e bibliografia necessárias à preparação para a prova de conhecimentos específicos:

Legislação:

Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro (Lei Orgânica da Polícia Judiciária) (disponível também em <http://www.pj.pt/html/legislacao.htm>);

Relação jurídica de emprego público e sistema remuneratório:

Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro;

Férias, faltas e licenças:

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 181/2007, de 9 de Maio;

Estatuto Disciplinar (deveres profissionais);

Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 196/94, de 21 de Julho;

Bibliografia:

Vítor Beça e João Silva Castelo, *Fundamental do Windows XP*, FCA;

Samuel Santos e António Rosa, *Windows Server 2003 — Curso Completo*, FCA;

José Gouveia e Alberto Magalhães, *Curso Técnico de Hardware*, FCA;

José Gouveia e Alberto Magalhães, *Hardware para PC's e Periféricos Curso Completo*, FCA;

Rui Vasco Monteiro, Filipe Neves, João Pereira, Nuno Rodrigues e Ricardo Martinho, *Tecnologia dos Equipamentos Informáticos*, FCA;
Paulo Loureiro, *TCP/IP — Em Redes Microsoft — Para Profissionais*, FCA;

João Eduardo Quintela Varajão, *A Arquitectura da Gestão de Sistemas de Informação*, FCA;

Alberto Carneiro, *Introdução à Segurança dos Sistemas de Informação*, FCA, Centro Atlântico;

Libório Silva e Pedro Remoaldo, *Introdução à Internet*, Editorial Presença;

Dicionário Prático de Informática — Microsoft, McGraw-Hill Portugal.

13 — Constituição do júri:

Presidente — Licenciado José Carlos Montes de Cabrita Neto Lopes, chefe de área.

Vogais efectivos:

Engenheiro Vítor Manuel da Ponte João, chefe de área.
Maria José Martins dos Santos, chefe de sector.

Vogais suplentes:

Miguel Petersen Silva, chefe de sector.
Licenciada Ana Paula Coelho Ferreira Dias, especialista, escalão 1.

O presidente será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

5 de Junho de 2007. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos Baptista*.

Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

Aviso n.º 11 895/2007

Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., em sessão de 29 de Março de 2007:

Foi a licenciada Teresa Manuel Maia de Oliveira Ribeiro nomeada, precedendo concurso interno de acesso geral, na categoria de assessora, da carreira de especialista superior de medicina legal, do quadro de pessoal único do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., para exercer funções na Delegação de Lisboa. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

Foram as licenciadas Cláudia Isabel Vieira da Silva, Carla Cristina Paiva da Cruz e Susana de Moraes Valente Martins Fonseca nomeadas, precedendo concurso interno de acesso geral, na categoria de especialista superior de 1.ª classe, da carreira de especialista superior de medicina legal, do quadro de pessoal único do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., para exercer funções na Delegação de Lisboa. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

Foram os licenciados Helena Maria de Sousa Ferreira e Teixeira e Mário Jorge Dinis Barroso nomeados, precedendo concurso interno de acesso geral, na categoria de especialista superior de 1.ª classe, da carreira de especialista superior de medicina legal, do quadro de pessoal único do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

Foi a licenciada Maria Fernanda da Silva Correia nomeada, precedendo concurso interno de acesso geral, na categoria de técnica superior principal, da carreira de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal único do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., para exercer funções na Delegação de Coimbra. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

Foram Rui Fernando Mendes Gonçalves e Rute Maria Gomes Leitão Alves nomeados, precedendo concurso interno de acesso misto, na categoria de assistente administrativo principal, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal único do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., para exercer funções na Delegação de Lisboa. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

Foi Isa Patrícia Guerreiro Tareco nomeada, precedendo concurso interno geral de ingresso, na categoria de assistente administrativa, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal único do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., para exercer funções na Delegação de Lisboa. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

Foi Vilma Marisa Seborro Freitas nomeada, precedendo concurso interno geral de ingresso, na categoria de assistente administrativa, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal único do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., para exercer funções no Gabinete Médico-Legal de Viana do Castelo. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

Foi Rodolfo António Correia Silva nomeado, precedendo concurso interno geral de ingresso, na categoria de assistente administrativo, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal único do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., para exercer funções

no Gabinete Médico-Legal do Funchal. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

4 de Junho de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Pessoa Vieira*.

Aviso n.º 11 896/2007

Por despacho do vice-presidente da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica de 21 de Março de 2007 e por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., de 11 de Abril de 2007, foi a Luís Manuel Caseiro Marques, assistente administrativo especialista, autorizada a transferência para o quadro de pessoal único do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., na mesma categoria e carreira, ao abrigo do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Junho de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Pessoa Vieira*.

Aviso (extracto) n.º 11 897/2007

Considerando que o Decreto-Lei n.º 131/2007, de 27 de Abril, aprovou a orgânica do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., e que a Portaria n.º 522/2007, de 30 de Abril, aprovou os estatutos do mesmo Instituto, o conselho directivo, em sessão de 17 de Maio de 2007, deliberou, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, manter as comissões de serviço dos seguintes titulares de cargos de direcção intermédia, com efeitos desde 1 de Maio de 2007, data da entrada em vigor dos dois primeiros diplomas citados:

Licenciado Carlos Alberto dos Santos Ferreira Dias, no exercício do cargo de director do Departamento de Administração Geral.

Bacharel Maria da Conceição Cruz Rigueiro Gomes de Castro, no exercício do cargo de chefe da Divisão Administrativa e Financeira.

Licenciado José Manuel Gameiro Pereira, no cargo de chefe de divisão de Recursos Humanos

Licenciada Maria Fernanda Coutinho Rodrigues, no exercício do cargo de directora do Serviço de Clínica Forense da Delegação do Norte.

Licenciado Rui Manuel Sá Rangel, no exercício do cargo de director do Serviço de Toxicologia Forense da Delegação do Norte.

Prof.ª Doutora Maria de Fátima Terra Pinheiro Pereira, no exercício do cargo de directora do Serviço de Genética e Biologia Forense da Delegação do Norte.

Licenciada Graça Maria Pessa Batista dos Santos Costa, no exercício do cargo de directora do Serviço de Clínica Forense da Delegação do Centro.

Licenciada Paula Cristina Nunes Leitão Valente Venâncio Monsanto, no exercício do cargo de directora do Serviço de Toxicologia Forense da Delegação do Centro.

Licenciado Fernando Manuel Rodrigues dos Santos Vieira, no exercício do cargo de director do Serviço de Clínica Forense da Delegação do Sul.

Licenciado Mário João Rodrigues Dias, no exercício do cargo de director do Serviço de Toxicologia Forense da Delegação do Sul.

Licenciada Rosa Maria Rodriguez Moinhos Espinheira, no exercício do cargo de directora do Serviço de Genética e Biologia Forense da Delegação do Sul.

4 de Junho de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Pessoa Vieira*.

Aviso n.º 11 898/2007

Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., em sessão de 11 de Abril de 2007:

Foi a licenciada Tânia Mayumi Shimizu nomeada, precedendo concurso interno de ingresso, na categoria de assistente de medicina legal, da carreira médica de medicina legal, do quadro de pessoal único do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., para exercer funções na Delegação de Lisboa. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

Foram os licenciados António Castañera Ajenjo e Susana Maria dos Santos Sadler Simões nomeados, precedendo concurso externo de ingresso e aprovação no respectivo estágio, na categoria de especialista superior de 2.ª classe de medicina legal, da carreira de especialista superior de medicina legal, do quadro único de pessoal do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., para exercer funções na Delegação de Lisboa, (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

Foi Maria Elisabete Ascensão Pereira nomeada, precedendo concurso interno geral de ingresso, na categoria de assistente administrativa, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal único do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., para exercer

funções no Gabinete Médico-Legal de Viseu. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

Foi Sandra Margarida Mendes Magalhães Gonçalves nomeada, precedendo concurso interno geral de ingresso, na categoria de assistente administrativa, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal único do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., para exercer funções no Gabinete Médico-Legal de Tomar. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

4 de Junho de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Pessoa Vieira*.

Aviso n.º 11 899/2007

Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., em sessão de 26 de Abril de 2007:

Foram o Prof. Doutor Agostinho José Carvalho dos Santos e a licenciada Maria Cristina Alves da Silveira Ribeiro nomeados, precedendo concurso interno de acesso geral, na categoria de chefe de serviço de medicina legal, da carreira médica de medicina legal, do quadro de pessoal único do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., para exercer funções na Delegação do Porto. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

Foi a licenciada Graça Maria Pessa Batista dos Santos Costa nomeada, precedendo concurso interno de acesso geral, na categoria de chefe de serviço de medicina legal, da carreira médica de medicina legal, do quadro de pessoal único do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., para exercer funções na Delegação de Coimbra. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

Foi a licenciada Luísa Maria Osório Duarte Eiras nomeada, precedendo concurso interno de acesso geral, na categoria de chefe de serviço de medicina legal, da carreira médica de medicina legal, do quadro de pessoal único do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., para exercer funções na Delegação de Lisboa. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

Foi o licenciado José Manuel Gaspar dos Santos nomeado, precedendo concurso interno de acesso geral, na categoria de especialista de informática do grau 2, nível 1, da carreira de especialista de informática, do quadro de pessoal único do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., para exercer funções na Delegação de Coimbra. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

Foi a licenciada Sílvia Maria Nogueira Ribeiro nomeada, precedendo concurso interno de acesso geral, na categoria de técnica de informática do grau 2, nível 1, da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal único do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., para exercer funções na Delegação do Porto. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

Foram Sílvia Isabel Fernandes Ribeiro Gaspar e Ana Cristina Tavares Carvalho Pires nomeadas, precedendo concurso interno geral de ingresso, na categoria de assistente administrativa, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal único do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., para exercer funções na Delegação de Lisboa. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

4 de Junho de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Pessoa Vieira*.

Aviso n.º 11 900/2007

Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., em sessão de 29 de Março de 2007, precedendo parecer prévio da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, foi César Augusto Fernandes Ferreira reclassificado, ao abrigo da alínea e) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na categoria de especialista de informática do grau 1, nível 2, do quadro de pessoal único do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., para exercer funções na Delegação de Coimbra. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Junho de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Pessoa Vieira*.

Aviso n.º 11 901/2007

Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., em sessão de 6 de Dezembro de 2006, foi ao licenciado Serghei Sargu autorizada a rescisão do contrato administrativo de provimento celebrado para frequência do internato da especialidade de medicina legal, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2006.

4 de Junho de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Pessoa Vieira*.